

PGR pede arquivamento de inquérito contra Google e Telegram

A Procuradoria-Geral da República pediu que o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, arquite um inquérito aberto contra os diretores brasileiros das empresas de tecnologia Google e Telegram pela campanha contra a aprovação do projeto de lei de combate às fake news (PL 2.2630/2020).

Alexandre [determinou a abertura da investigação](#) em maio do ano passado, atendendo a um pedido feito pela própria PGR. O órgão, por sua vez, foi provocado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).



Google e Telegram foram investigados após atuação contra PL das Fake News

Na manifestação enviada ao Supremo, o vice-procurador-geral da República, Hindemburgo Chateaubriand, afirmou que os elementos colhidos na investigação não justificam uma acusação formal contra as empresas.

“A análise do que se colheu durante a investigação criminal denota a ausência de justa causa para a propositura da ação penal. O arquivamento do inquérito, portanto, é medida razoável ante a ausência de elementos informativos capazes de justificar o oferecimento de denúncia contra os investigados”, afirmou a PGR.

Interesses econômicos

Ao provocar a PGR, a Câmara sustentou que as empresas estavam atuando contra o projeto de lei para resguardar interesses econômicos, lançando mão “de toda sorte de artifícios em uma sórdida campanha de desinformação, manipulação e intimidação, aproveitando-se de sua posição hegemônica no mercado”.

Para a PGR, no entanto, o posicionamento das empresas, ainda que “por intenção de privilégio de interesse próprio”, não demonstra o intuito de “abolir o regime democrático ou tolher exercício regular



dos poderes constitucionais”.

Atuou no caso defendendo o Google o advogado **Pierpaolo Cruz Bottini**. De acordo com ele, o pedido de arquivamento é resultado da constatação de que “a empresa apenas manifestou sua opinião a respeito do projeto de lei, sem qualquer desrespeito ao Legislativo”.

“Nunca houve intenção de obstar a discussão democrática, apenas sugerir aprimoramentos na proposta em debate”, concluiu o advogado em nota.

Inquérito

O inquérito foi aberto em decisão de maio de 2023. Ao determinar a medida, Alexandre citou um texto do Google intitulado “O PL das fake news pode aumentar a confusão sobre o que é verdade e mentira no Brasil”.

Já o Telegram disparou aos seus usuários uma mensagem afirmando que o PL ameaça a “liberdade de expressão”.

Para o ministro do STF, as empresas fizeram uma “campanha abusiva” contra a proposta legislativa.

“Nos termos requeridos pela Procuradoria-Geral da República, determino a instauração de inquérito em face dos diretores e demais responsáveis da Google Brasil e do Telegram Brasil que tenham participado da campanha abusiva contra o Projeto de Lei 2.630/2020”, escreveu ele na decisão.

Inq 4.933

Meta Fields